

Ana Nunes de Almeida¹

Ensino e investigação na sociologia: convergências e divergências múltiplas²

Um percurso e os seus gostos

Gostaria de começar por agradecer o convite e felicitar os organizadores, confessando-vos depois as razões que explicam o meu gosto em participar neste debate.

Em primeiro lugar, a consciência que sinto em ter sido uma protagonista activa na construção do actual campo científico e profissional da sociologia no nosso País, não só pelo meu percurso individual de investigadora (aliás típico de uma certa geração de sociólogos que se formou após o 25 de Abril), como sobretudo pela minha participação militante nesse projecto colectivo que é a Associação Portuguesa de Sociologia. Depois, o facto de trabalhar numa casa que tem um lugar à parte no panorama académico português pesa também neste prazer. Sendo uma unidade orgânica da Universidade de Lisboa, equiparada a uma faculdade, o Instituto de Ciências Sociais é um centro de investigação com uma história longa e peculiar, onde trabalham, a tempo inteiro, investigadores com formações disciplinares distintas. Ora a sua existência e o seu trabalho consagraram pioneiramente a legitimidade de uma carreira de investigação em sociologia e vem conferindo, desde há pelo menos três décadas, visibilidade a essa esfera de actividade. Por último, o facto de conciliar o meu papel principal de investigadora com uma actividade regular de

¹ Investigadora, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa - ana@ics.ul.pt

² Este texto refere-se a uma intervenção oral que fiz no Encontro Temático organizado pelo Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porque faz parte da sua história, mantém propositadamente a marca da oralidade.

docência em pós-graduação, não só coordenando cadeiras e dando aulas (em sentido clássico), como tendo a responsabilidade de tutorias ou orientações de teses de mestrado ou doutoramento (formas muitas vezes esquecidas de docência!), coloca-me num ângulo privilegiado para abordar o tema das convergências e divergências múltiplas entre as duas actividades.

Devo admitir, desde já, que esta alternância de papéis me dá pessoalmente um enorme prazer, o que permite imediatamente encontrar uma primeira resposta, nesta entrada introdutória, ao desafio que os organizadores nos lançaram...

A investigação, com a sua dose de gestos artesanais e improvisados, pequenos passos livres e experimentais, muitas vezes solitários, dá-me instrumentos e referências para perceber a sociedade em que vivo, Portugal hoje. Creio aliás que foi o facto de estar no (antigo) 7.º ano do liceu quando aconteceu o 25 de Abril, e o de ter sido profundamente marcada por esse tempo de viragem e de esperança, que me desviaram de um futuro na Física e me conduziram à vocação sociológica... Ora ser investigadora remete-me quotidianamente para esse desafio sedutor da descoberta, do saber e da novidade que uma realidade complexa encerra. Mas a investigação treina também competências de leitura e de escrita, a persistência metódica para construir um objecto e entrar num terreno empírico. Através do trabalho de terreno, a investigação abre-nos a porta, amplia-nos e enriquece o conhecimento de universos, grupos e valores sociais que constituem o intrincado da diversidade em que vivemos e onde, dia a dia, fazemos escolhas e agimos. Ouvir a palavra do outro-diferente, interpretá-la, contextualizá-la são um dos pontos mais atractivos deste ofício...

E o ensino, depois. Diria que esta outra actividade me permite participar no desígnio nacional e colectivo de formar e qualificar novas gerações, num país com níveis assustadores de iliteracia científica. A verdade é que me entendo eticamente implicada neste esforço que deveria ser de todos, e obrigada a dar-lhe uma quota parte de mim mesma e daquilo que sei. Entusiasmo-me, aliás, não só em dar aulas a “elites” de jovens alunos que possuem a minha formação disciplinar, mas também a outras franjas menos qualificadas e mais “periféricas” ao universo académico – profissionais de terreno, decisores (da área da educação, saúde ou serviço social) que encontro, por exemplo, em cursos de formação ou actualização profissional. Para mim, o desafio é diferente nos dois casos mas basicamente idêntico: contribuir para a formação, divulgação e fortalecimento da cultura científica entre os portugueses. Além do mais, aprendo (e muito!) com os meus alunos: aprendo obviamente “matéria” (para lhes “dar”), aprendo a ouvi-los, a dar-lhes resposta (a dúvidas, a críticas), a procurar exemplos para ilustrar o que lhes quero transmitir. Actualizo-me com a novidade empírica que, através das experiências dos mais novos, me é contada; e aprendo também a “tornar claro”, a esquematizar para lhes passar uma mensagem com sentido. Ensinar pressupõe portanto um esforço permanente de formação contínua em teoria, método, ilustração e divulgação da ciência. Além disso, ensinar possui uma componente de encenação e de exterioridade que compensa a introspecção e o silêncio que envolve muitos momentos (do meu ponto de vista os mais duros) da pesquisa. Investigar e ensinar constituem portanto duas frentes exigentes de actividade, cúmplices e complementares – proporcionando realização e prazer a quem se lhes dedica.

Dito isto, e deixando agora o terreno da mera experiência indivi-

dual, proponho-me olhar para a relação entre ensino superior e investigação em sociologia, contextualizando-a no caso português e situando-a no tempo. Vou tentar recuperar o fio à meada e reconstruir brevemente, convosco, a história da emergência e consolidação destes campos disciplinares em Portugal. Com um aviso: a minha procura de respostas à questão sobre as suas convergências e divergências está obviamente situada e é estruturada a partir do lugar da investigação.

Num relance, uma história...

Se pensarmos no caso português, a relação entre ensino e investigação sociológica tem uma história em que podemos distinguir três etapas.

Embora a institucionalização da sociologia como disciplina académica, ciência ou profissão apenas aconteça em Portugal a partir de 1974, assiste-se na década de 60 do Estado Novo ao despontar de uma "primeira geração informal de sociólogos". Em alguns lugares circunscritos da universidade de então, tolera-se a presença parcial daquele ramo do saber, inscrevendo-o discretamente em certos conteúdos de cadeiras integradas em licenciaturas clássicas (como Economia ou Direito). Neste cenário, podem apontar-se duas datas-chave: em 1964 surge a primeira licenciatura em sociologia, numa instituição particular de ensino em Évora (o Instituto Superior Económico e Social); a partir de 1962, sob o impulso de A. Sedas Nunes, é criado o Gabinete de Investigações Sociais, que reúne em Lisboa um grupo activo de intelectuais de distintas formações disciplinares (não raro adquiridas no estrangeiro), que se lançam na aprendizagem por conta própria do ofício de sociólogo. No GIS empreendem-se

então estudos inovadores sobre aspectos cruciais da sociedade portuguesa, como os do desenvolvimento, ensino/escola/universidade, ideologia, agricultura, emigração; mas aprendem-se, aprofundam-se e debatem-se, também, modelos teóricos e conceptuais de pesquisa, estratégias metodológicas de abordagem da realidade, que reivindicam para este novo ramo do saber um estatuto de cientificidade. Publica-se, desde 1963, a revista *Análise Social* e vai-se recheando, aos poucos e poucos, uma nova biblioteca com livros e revistas da especialidade. Num contexto de “liberdade” de pesquisa muito condicionada e na ausência de verdadeiro financiamento para a investigação de campo, a recolha de informação nestes primórdios é insistentemente dirigida para o estudo de fontes escritas como legislação, indicadores estatísticos, documentação histórica.

Com a instauração da democracia, em 1974, o panorama científico muda radicalmente. A experiência democrática favorece a hospitalidade académica e a curiosidade pública perante ramos do saber que justamente fornecem instrumentos para explicar e interpretar a mudança social. São anos efervescentes de arranque, criação, institucionalização e crescimento de núcleos científicos. Em todo o caso, é na universidade (portanto como ramo de ensino) que a sociologia se institucionaliza, com um lugar e um estatuto próprios no campo concorrencial dos saberes e dos diplomas que os creditam. No binómio que hoje abordamos, o ensino superior revela naqueles anos quentes um crucial papel fundador do campo sociológico, no qual depois entrará, por arrastamento, a investigação.

Em 1974, em Lisboa, é criada a licenciatura em sociologia no ISCTE e o movimento alastra a outras instituições públicas do país (Universidade de Évora, Universidade Nova de Lisboa, Universidade do Porto, Beira Interior, Coimbra, etc.); mais tarde, os anos 90 levam a sociologia às

recém-criadas universidades privadas e estendem o seu ensino aos níveis de pós-graduação e formação avançada (com a concessão de graus de mestrado e doutoramento). Desde princípios da década de 80, entra assim em campo uma segunda geração de sociólogos, numerosa, jovem, cada vez mais feminizada, já formada na universidade portuguesa; confronta-se com a rotinização das práticas de pesquisa e docência, enfrenta os desafios da profissionalização e da diversificação profissional. A criação da Associação Portuguesa de Sociologia em 1985, o seu crescimento exponencial (hoje com quase 2000 sócios), ilustram justamente este vigoroso movimento de institucionalização.

No interior ou na periferia próxima das escolas de ensino superior constituem-se, desde os anos 70, centros de investigação que resultam da iniciativa de docentes que, através deles, procuram lançar e organizar com alguma flexibilidade os seus projectos de pesquisa³. Esta vivia, de resto, em permanente estado de aperto financeiro, subalternizada pelos pesados encargos da docência e pelas prioridades das tarefas de formação e qualificação de alunos. A investigação traduzia-se então, na maior parte dos casos, num acto individual e solitário, destinado à conclusão de uma tese de doutoramento, indispensável à conservação do vínculo laboral⁴. Ensaiam-se as abordagens do país real, estabelecem-se protocolos de pesquisa no terreno, publicam-se mais revistas científicas, organizam-se redes de intercâmbio, encontros, colóquios e seminários. Consolidam-se portanto os núcleos duros da investigação sociológica portuguesa, sob a tutela legislativa e financeira do Estado.

³ Entre os principais, assinala-se o Centro de Estudos Sociais, na Universidade de Coimbra (fundado em 1978, editor da *Revista Crítica de Ciências Sociais*) e, no ISCTE, o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (fundado em 1985, editor da revista *Sociologia, Problemas e Práticas*).

⁴ É um esforço que teve frutos evidentes: entre 1986 e 1996 conferem-se (ou reconhecem-se) em Portugal 79 graus de doutoramento em Sociologia – cf. dados fornecidos pelo Observatório das Ciências e Tecnologias (apresentados e discutidos em A. Nunes de Almeida; C. Bastos; J. Ferrão; K. Wall - *Perfil da investigação científica em Portugal - Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia*. Lisboa: Observatório das Ciências e Tecnologias, 1999).

Uma terceira etapa é encetada a partir dos anos 90 e coincide politicamente com o consulado de Mariano Gago à frente do recém-criado Ministério da Ciência e Tecnologia. A investigação científica, nomeadamente na área das ciências sociais, passa a ter uma indiscutível visibilidade pública em Portugal e entra nos seus anos de maturidade. Creio poder dizer-se, aliás, que é a partir desta altura que a produção de ciência em Portugal entra num processo de modernização, diversificação e transformação acentuadas, que afecta as suas infra-estruturas materiais, logísticas e financeiras, os seus recursos humanos ou protocolos de trabalho. Por contraste, o edifício do ensino superior parece perder liderança em matéria de dinamização do campo, permanecendo vinculado a um padrão de maior estabilidade e conservação de estruturas, posições e recursos adquiridos.

A equipa governativa no novo Ministério aposta, de resto, numa filosofia de fundo (que temo se venha a perder no futuro próximo!). Recusa a defesa artificial e interesseira de dualismos entre as supostas “ciências duras” de primeira grandeza, “objectivas” (e por isso úteis) e as “ciências suaves”, relativamente secundárias perante outros ramos de saber, até aí relativamente penalizadas ou mesmo excluídas das principais fontes de financiamento. Cair nesse dualismo amputaria afinal o conhecimento científico de uma das suas componentes principais e prejudicaria o esforço de reflexividade social, traço marcante da cidadania e da democracia modernas. Assiste-se pois a um crescimento e qualificação sem precedentes da comunidade científica, que tem o seu auge na criação de Laboratórios Associados, atributo que é concedido em 2002 a duas instituições de investigação na nossa área: o Centro de Estudos Sociais (da Universidade de Coimbra) e o Instituto de Ciências Sociais (da Uni-

versidade de Lisboa). Normalizam-se as rotinas de financiamento da investigação, multiplicam-se as oportunidades de acesso a bolsas de pós-graduação (mestrado, doutoramento, pós-doutoramento) ou de iniciação à pesquisa. Os centros de investigação são pela primeira vez sujeitos a uma avaliação institucional, a cargo de equipas independentes e internacionais, e os resultados publicamente divulgados.

Nesta viragem, a investigação em ciências sociais enfrenta outros desafios. Seleciono alguns que considero cruciais para o debate de hoje.

O trabalho por equipa e encomenda, fortemente impulsionado por uma nova procura de informação consistente e actualizada sobre terrenos e grupos sociais por parte dos decisores políticos, assume uma popularidade inédita. Há novas e abundantes verbas canalizadas para as equipas de investigação que procuram, através de recrutamentos de jovens bolseiros ou investigadores, responder à crescente procura de conhecimento aplicável. Mas o risco existe de a prioridade das questões sociais se sobrepor à das questões científicas e de a investigação se realizar a reboque da agenda política. Por outro lado, esta pressão de fora encoraja respostas rápidas e formatadas, modelos analíticos simples e metodologicamente "eficazes", pode reforçar modos de trabalho que se encostam comodamente à realidade empírica existente, mais do que sustentar o esforço da elaboração teórica que dela se distancia e a reconstrói criticamente. Promove-se o recurso a técnicas quantitativas, massivas, de recolha e tratamento da informação, que facilitam a construção de (por vezes gigantescas) bases de dados, uma apresentação e publicação sintéticas de resultados (não raro expressos em grandes números e indicadores estatísticos), triturados pelo *software* informático disponível, enviados a decisores e *media*. É uma tendência reforçada pelo apelo do

mercado internacional da ciência, nomeadamente europeu, que abre às equipas e instituições portuguesas a possibilidade de se candidatarem às grandes linhas de financiamento disponíveis, privilegiando o estudo de terrenos e populações-alvo pré-definidas e pré-enquadradas por tais agências. E a que não é alheia a entrada do computador no quotidiano da investigação e do investigador. Utilizado como máquina de escrever, instrumento de armazenamento ou tratamento de informação, ou como meio de acesso à *Internet*, altera profundamente ritmos, espaços e hábitos de comunicação ou trabalho individual e colectivo.

A diversificação e dispersão dos lugares e das práticas de investigação (num contraste relativo com a maior uniformidade, centralização e rigidez do edifício da docência universitária) é outra situação que emerge nesta terceira fase de maturidade criativa. Multiplicam-se as equipas de investigadores em órgãos, gabinetes e observatórios da administração pública (central, regional ou autárquica) e, em alguns lugares, a investigação liberta-se totalmente da dependência da docência. O "tradicional" corpo de investigadores de carreira vê surgir à sua volta, não raro com algum desconforto, novas franjas de pessoal de investigação portadores de estatutos diversos, reflectindo distintos modos ou tempos de permanência ou passagem pelas suas instituições de pertença – bolsiros seniors ou juniors, "pós-docs", visitantes, associados...

Num cenário de crescimento, especialização e internacionalização de equipas e centros de investigação, de um aumento da procura e do financiamento de conhecimento científico, ora se exigem novas competências e desempenhos aos investigadores, obrigando-os a desdobrar dispersivamente a sua actividade em múltiplas frentes, ora se reconhece a necessidade de se lhes associar novas figuras profissionais, como as do

“gestor de base de dados”, o “gestor de ciência”, o “gestor de comunicação” ou ainda o “secretário técnico” – cada vez mais indispensáveis às modalidades do trabalho científico moderno.

O próprio processo de mediatização voraz da realidade social deixa marcas nesta viragem. A incontornável relação dos investigadores e da ciência com os *media*, em especial a televisão, nem sempre seriadamente vocacionada para um esforço da divulgação científica, não é hoje pacífica. Uns demitem-se pura e simplesmente desse desafio; outros não resistem à tentação de uma presença constante diante das câmaras ou nos jornais, comentando assuntos que em muito ultrapassam o domínio dos seus saberes profissionais. É tempo, pois, de a própria comunidade de investigadores de ciências sociais reflectir sobre as potencialidades, os riscos, o âmbito e o formato desta abertura aos *media*, bem como as competências que aqueles necessitam de adquirir (até talvez no decurso da sua formação académica) para a realizar com qualidade, critério e no respeito pelas elementares regras da deontologia.

Em contraste com este movimento de explosão e crescimento, o fechamento das carreiras docente e de investigação a jovens recém-licenciados sem vínculo à função pública afasta os melhores talentos das universidades do Estado, acentuando um *braindrain* para as instituições privadas de ensino superior, entretanto criadas nestas áreas disciplinares. O perigo de amolecimento de actividades inovadoras e de cristalização de posições adquiridas, para as primeiras, é real e as duas comunidades profissionais, docentes e investigadores de carreira, confrontam-se hoje com o problema do envelhecimento demográfico. Esta situação é, apesar de tudo, menos dramática nas unidades de investigação, já que, como vimos, a criação de bolsas de investigação e pós-graduação, bem

como a possibilidade que é dada aos Laboratórios Associados de contratarem pessoal de investigação a termo certo, permitiram a entrada de sangue novo nas equipas de pesquisa. Mas através destas formas de trabalho precário e incerto, cresce uma numerosa e heterogénea população de “juniors” (desde bolseiros de doutoramento a tarefeiros “descartáveis”), trabalhando em projectos ou por conta de “seniors”. É importante dar visibilidade a esta mão-de-obra flutuante, reconhecer o seu contributo informal e subterrâneo para a produção de ciência e de inovação científica. Sem burocratizar, há que fixar e qualificar percursos profissionais promissores – na investigação e no ensino.

Algumas pistas finais...

Contada esta história num relance e chegados ao presente, gostaria de lançar, para terminar, algumas ideias finais para o debate sobre convergências e divergências múltiplas entre as duas actividades profissionais, ensino e investigação.

Começaria por defender que genericamente existe uma relação óbvia, isto é, uma convergência umbilical, entre as duas: o ensino (não só o superior, mas também o secundário) precisa absolutamente da matéria-prima da investigação (teórica, conceptual, recolhida no terreno) para alimentar, actualizar e enriquecer os seus conteúdos. Não há transmissão sem produção de conhecimentos.

Constato, depois, que, apesar de alguns espaços de abertura e de diferença, a investigação em ciências sociais (ainda maioritariamente sediada nas universidades) se encontra relativamente subalternizada face ao ensino e às exigências da carreira docente, é na prática tratada, nas

instituições académicas, como uma actividade secundária e supérflua relativamente ao magno desígnio da docência. Para além de uma visão ideológica redutora e empobrecida do papel da Universidade, esta representação hoje dominante é sobretudo fruto de um tacanho “princípio de realidade” orçamental – num país em que paradoxalmente se exalta a prioridade da qualificação de recursos humanos e, em simultâneo, se desinveste em educação e ciência.

Em Portugal (e ao contrário de outros países europeus) o ano académico é longo, as sobrecargas lectivas cada vez mais pesadas, a desproporção entre número de alunos e professores muito acentuada; a rigidez formal da carreira de ensino tira fôlego, autonomia e iniciativa à investigação. Esta subalternidade tem aliás tradução em termos da organização do espaço, marcada pela inexistência ou degradação das infra-estruturas de acolhimento material à investigação científica: entre a sala de aula, o gabinete sobrelotado de professores, os escritórios administrativos ou a biblioteca, não existem lugares disponíveis ou concebidos em função do trabalho de investigação – realizado, as mais das vezes, numa terra pública de ninguém ou no aconchego do lar.. Ora a investigação não pode ser apenas uma preocupação exclusiva dos investigadores, mas um desafio para toda a universidade, interessada em conquistar protagonismo e um lugar ao sol no campo da produção de conhecimento e da excelência.

Por outro lado, os percursos de mobilidade de professores e investigadores, dentro de cada uma das respectivas carreiras, continua a ser muito diminuta; a sua circulação regional e nacional (e também internacional) entre diferentes instituições universitárias mantém-se discreta. Continua a ser muito difícil o cruzamento entre as duas carreiras: são raríssimos aqueles que conseguem intercalar semestres de docência e

semestres de investigação, trocar sazonalmente os papéis de investigador e professor. Esta ausência de flexibilidade e a dificuldade de gestão *à la carte* de desempenhos profissionais distintos, limita projectos e percursos inovadores que combinam e cruzam olhares e contributos vindos de uma e de outra área, dos quais beneficiariam sem dúvida as instituições académicas, os alunos e a produção científica.

Por último, investigadores e docentes devem incentivar a criação de uma cultura de avaliação nas instituições em que trabalham. Para além da avaliação institucional externa ou daquela que versa sobre as franjas mais jovens e vulneráveis, é indispensável criar rotinas de auto-avaliação e apreciação do desempenho individual não só de "juniors", mas também (e sobretudo) de "seniors". Com excepção das provas académicas que lhes possibilita a progressão na carreira, os doutorados (tanto professores como investigadores) raramente são confrontados com uma avaliação crítica, exigente, substantiva do seu trabalho. Ora é indispensável sermos nós, os de dentro, a exigir procedimentos regulares, sérios, multidimensionais de avaliação do nosso trabalho científico nas suas várias frentes – não hesitando em propor ou participar muito activamente na construção dos critérios múltiplos de tal avaliação.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, A. Nunes de; BASTOS, C.; FERRÃO, J; WALL, K., orgs. - *Perfil da investigação científica em Portugal – Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia*. Lisboa: Observatório das Ciências e Tecnologias, 1999.

ALMEIDA, A. Nunes de - Terra Nostra: pretexts for lusophony. Current and future challenges for sociology and the social sciences. In ALMEIDA, A. Nunes de, ed. - *Terra Nostra. Challenges, controversies and languages for sociology and the social sciences in the 21st century*. Montreal: International Sociological Association, 1998. p. 9-29.

CARREIRAS, H.; FREITAS, F.; VALENTE, I., orgs. - *Profissão sociólogo*. Oeiras: Celta Editora, 1999.

COSTA, A. Firmino da - Cultura profissional dos sociólogos. *Sociologia, Problemas e Práticas*. 5 (1988) 107-124.

MACHADO, Fernando Luís - Profissionalização dos sociólogos em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*. 20 (1996) 43-103.

PINTO, J. Madureira - Sociology in Portugal. Formation and recent trends. In ALMEIDA, A. Nunes de, ed. - *Terra Nostra. Challenges, controversies and languages for sociology and the social sciences in the 21st century*. Montreal: International Sociological Association, 1998. p. 57-67.

Sociologia no ensino superior: conteúdos, práticas pedagógicas e investigação